



Município de Santa Cruz das Flores



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

RELATÓRIO DE GESTÃO

E

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO 2022



Conteúdo

INTRODUÇÃO	5
I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS.....	6
1.1-Estrutura política.....	6
1.2- Estrutura Organizacional	6
1.3 -Recursos Humanos	7
II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO	9
2.1-Análise Orçamental	9
2.1.1-Orçamento	9
2.1.2-Equilíbrio Orçamental.....	9
2.1.3-Receita Orçamental	10
2.1.4 - Despesa Orçamental.....	11
2.1.5 - Execução plano Plurianual de Investimento	12
2.1.6 - Indicadores orçamentais	15
III-ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	15
3.1-Análise ao Balanço.....	15
3.2-Análise à Demonstração de Resultados	18
3.3-Indicadores económico-financeiros	20
3.4-Endividamento Municipal	20
IV-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	23
V – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
5.1-Balanço	24
5.2 -Demonstração de Resultados por Natureza	25
5.3 Demonstração de Fluxos de Caixa	26
5.4 Demonstração de Alterações ao Património Líquido	28
VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
Nota 1- Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	29
1.1 Identificação da entidade e período de relato	29
1.2 - Recursos Humanos	29
1.3-Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	29
1.4-rubrica de caixa e em depósitos bancários	29
Nota 2 -Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	30
2.1 -Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	30
2.1.1 Principais políticas contabilísticas.....	31



Município de Santa Cruz das Flores

2.1.1.1 Ativos fixos tangíveis	31
2.1.1.2 -Propriedades de investimento	32
2.1.1.3 Ativos intangíveis.....	32
2.1.1.4 Acordos de concessão de serviços: Concedente	33
2.1.1.5 Locações.....	34
2.1.1.6 -Participações financeiras.....	35
2.1.1.7 Imparidade de ativos.....	36
2.1.1.8 Inventários	36
2.1.1.9 Instrumentos financeiros	37
2.1.1.10 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	39
2.1.1.11 - Regime do acréscimo.....	39
2.1.1.12 - Julgamentos e estimativas.....	41
2.1.1.13 - Principais pressupostos relativos ao futuro	41
2.1.1.14 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros	41
Nota 3 - Ativos intangíveis.....	43
3.1 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	43
Nota 4- Acordos de concessão de serviços- Concedente	44
Nota 5- Ativos Fixos Tangíveis.....	45
5.1 Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas	45
Nota 6 – Locações	48
Nota 7 – Custo de Empréstimos Obtidos	50
Nota 8 – Propriedades de Investimento	52
Nota 9- Imparidades de Ativos.....	53
Nota 10- Inventários	53
Nota 13 - Rendimento de Transações com Contraprestação	54
13.1- Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração	54
13.2- A quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período é a seguinte	
55	
Nota 14 -Rendimentos de Transações sem Contraprestação.....	55
14.1- Políticas contabilísticas e métodos adotados.....	55
Nota 15- Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes.....	56
15.2- Passivos Contingentes	56
Nota 17 – Acontecimentos Após a Data de Relato	57
Nota 18 – Instrumentos Financeiros.....	58



Município de Santa Cruz das Flores

18.1- Ativos Financeiros	58
18.2- Os devedores por acréscimos e outros devedores.....	59
18.3- Participações financeiras	59
18.4- Passivos Financeiros.....	59
Nota 20– Divulgações de Partes Relacionadas	61
VII – OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	62
Nota 23 – Depreciações	62
Nota 24 – Gastos com Pessoal	62
Nota 25 – Rendimentos e Ganhos.....	63
Nota 26 – Gastos e Perdas	63
Nota 27 – Transferências e Subsídios Concedidos.....	64
Nota 28 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	65
Nota 29 – Diferimentos.....	67
29.1- Diferimento de ativos	67
29.2- Diferimento de passivos.....	67
Nota 30 – Alterações ao Património Líquido	67
VIII – CONTABILIDADE DE GESTÃO	69
IX – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	75
9.1 - DDORC	75
9.2 - DODES.....	76
9.3 - DOREC	76
9.4 - DTAS	77
9.5 - DPPI	78
9.6 - Operações de Tesouraria	78



INTRODUÇÃO

Considerando a obrigatoriedade do executivo municipal apresentar, nos termos da alínea I) do nº.1 do art.º33, da Lei nº75/2013 de 12 setembro, os documentos de prestação de contas do Município à Assembleia Municipal para sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea I) do nº.2 do art.º25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente relatório que para além de cumprir o estipulado pela Lei, irá analisar a execução da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Santa Cruz das Flores, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2022.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental).

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas públicas)

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Iniciado o desafio em 2020, com a implementação de um novo normativo contabilístico, baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como o de controlo de ativo, por exemplo., no 3º ano de implantação do novo normativo o município de Stª Cruz das Flores dá seguimento apresentando os documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.

Para além da influência, ainda que em menor grau dos efeitos do COVID 19, o exercício de 2022 foi fortemente afetado pelo salto significativo da inflação, cujos efeitos se fizeram sentir diretamente e indiretamente na conta do município.

O presente relatório analisa os recursos humanos, situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2022.



I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

1.1-Estrutura política

A estrutura política assenta em dois órgãos representativos: a Câmara Municipal, com funções executiva, e a Assembleia Municipal, com funções de apreciação e fiscalização da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

No ano de 2022, em resultado das eleições de 26 de setembro de 2021 foram eleitos os órgãos autárquicos, com a reeleição do Presidente de Câmara e eleição de 4 vereadores para o mandato de 2021-2025.

A Assembleia Municipal de St^a Cruz das Flores é constituída por 19 membros, dos quais 15 são eleitos diretamente e 4 por inerência, por via do cargo de Presidente das sete Juntas de Freguesia.

A sua composição a 31 de dezembro era a seguinte:



A Câmara Municipal é constituída por 5 membros, 1 Presidente e 4 Vereadores.

O executivo tem a seguinte composição:

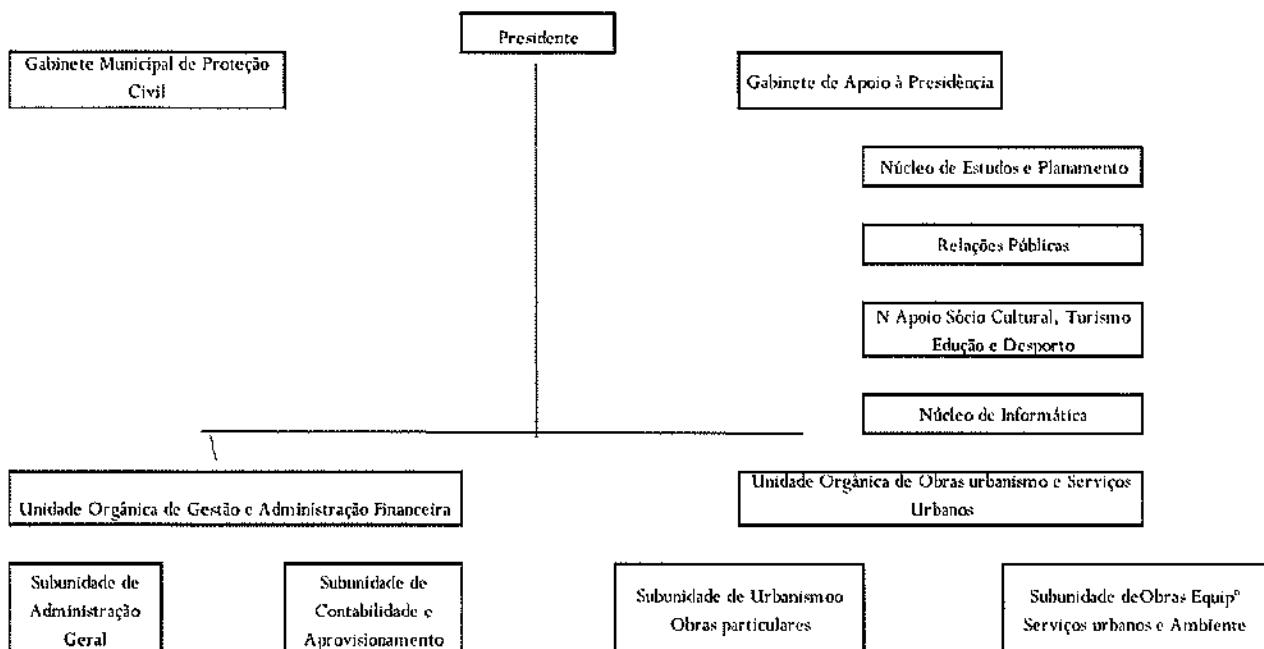
- Presidente: José Carlos Mendes
- Vice-Presidente: Maria Elizabete Avelar Nória
- Vereador: Fábio dos Milagres Rosário Medina
- Vereador: Ricardo Beato Gomes Vieira
- Vereadora: Lília Maria Ferreira Silva

1.2- Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica do Município de Santa Cruz das Flores encontra-se definida nos termos de organização dos serviços da Câmara Municipal foi elaborada nos termos da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprovada em reunião de Câmara no dia 12 de junho e de Assembleia Municipal no dia 30 de junho de 2014.



Organograma em 31 de dezembro de 2022



1.3 -Recursos Humanos

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 03/12/2021 e em reunião de Assembleia Municipal de 20/12/2021, o mapa de pessoal para 2022.

No final de 2022, o número de trabalhadores ao serviço foi de 65 trabalhadores.

A distribuição por carreiras e/ou categorias e ainda escolaridade, é a seguinte:

carreira/categoría	homens	mujeres	TOTAL
Dirigente/intermédio	0	2	2
Técnico superior	1	6	7
assistente técnico	2	5	7
assistente operacional	49	0	49
	52	13	65

Nível de escolaridade	Dirigente		Técnico superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		TOTAL
	H	M	H	M	H	M	H	M	
Menos 4 anos	-	-	-	-	-	-	2	-	2
4 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Município de Santa Cruz das Flores

6 anos	0	-	-	-	-	-	8	-	8
9 anos	-	-	-	-	-	2	31	-	33
11 anos	-	-	-	-	1	-	4	-	5
12 anos	-	2	-	-	1	3	4	-	10
Licenciatura	-	-	1	6	-	-	-	-	7
Mestrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	2	1	6	2	5	49	-	65

As despesas com pessoal ascenderam durante o ano 2022 a 1.210.302 €, o que representa um acréscimo em relação a 2021 de 50.738,00 €.

Ao longo do ano de 2022, a autarquia candidatou-se aos vários programas de apoio e incentivo ao emprego concebidos pelo Governo Regional contando com 12 trabalhadores, a exercer funções nos diversos serviços da autarquia. A 31 de dezembro estes trabalhadores encontram-se distribuídos da seguinte forma:

programas	PROSA		Estagiar T		CTTS		SEI		
	H	M	H	M	H	M	H	M	
Nºtrabalhadores	-	1	1	-	4	-	4	2	
total		1		1		4		6	12

As despesas com pessoal ao abrigo de programas ocupacionais, apresentam uma variação de 2020 para 2021 de:

Programs de Inserção e Emprego	2022	2021
Segurança social programas	29 025,10 €	28 358,24 €
Programas ocupacionais	56 910,78 €	55 590,86 €
TOTAL	85 935,88 €	83 949,10 €



II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO

2.1-Análise Orçamental

2.1.1-Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano, preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovado pelo órgão executivo em 03 de dezembro de 2021 e pelo órgão deliberativo a 20 de dezembro de 2021, apresentava um total de receita e de despesa de 3.579.034 euros.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais, modificativa ou permutativa, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar alteração orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excepcionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se mantém em vigor em 2022.

Ao longo de 2022 foram realizadas 14 alterações permutativas e 3 alterações modificativas, que conduziram a um acréscimo global do orçamento para 6.294.190,55 euros. A alteração permutativa com mais impacto foi a incorporação do saldo da gerência do ano anterior, no montante de 2.565.421,00 euros

Rubrica	DREC Descrição	Previsões corrigidas	Rubrica	DODES Designação	Dotações corrigidas
01	Impostos directos	215 766,00 €	01	Despesas com o pessoal	1 477 855,00 €
02	Impostos indirectos	139,00 €	02	Aquisição de bens e serviços	1 456 041,55 €
04	Taxas, multas e outras penalidades	15 575,00 €	03	Juros e outros encargos	1 665,00 €
05	Rendimentos da propriedade	103 842,55 €	03	Transferências correntes	688 195,00 €
06	Transferências correntes	2 530 997,00 €	04	Outras despesas correntes	7 850,00 €
07	Venda de bens e serviços correntes	27 120,00 €	06	Aquisição de bens de capital	2 619 472,00 €
08	Outras receitas correntes	370,00 €	07	Transferências de capital	28 500,00 €
09	Venda de bens de investimento	782,00 €	08	Passivos financeiros	14 612,00 €
10	Transferências de capital	834 143,00 €	10		
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	35,00 €			
16	Saldo da gerência anterior	2 565 421,00 €			
	Total	6 294 190,55 €		Total	6 294 190,55 €

2.1.2-Equilíbrio Orçamental

Nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. E, nos termos do nº 5 do mesmo artigo acresce ao equilíbrio a parte do saldo de gerência afeto ao reforço das despesas correntes. De acordo com o quadro seguinte, o Município de Santa Cruz das Flores cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, apresentando uma margem de 1.245.180 €.



EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL		
Receita Corrente	[1]	2 866 519,26 €
Afetação Saldo Orçamental a Despesa Corrente	[2]	887 974,00 €
Receita que Releva para Equilíbrio	[3] = [1]+[2]	3 754 493,26 €
Despesa Corrente	[4]	2 495 962,64 €
Média da Amortização de Empréstimos	[5]	13 150,53 €
Excedente Orçamental	[6] = [3]-[4]-[5]	1 245 380,09 €

2.1.3-Receita Orçamental

A receita total cobrada líquida em 2022 atingiu 3.274.368 € (3.199.201 € euros de receitas próprias e 75.201,22 euros de fundos comunitários), representando um grau de execução de 88 %. E considerando a aplicação do saldo de gerência foi atingido um grau de execução de 93% cumprindo deste modo, o disposto no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

Comparativamente com o exercício de 2021 verificou-se um decréscimo da receita de (287.672 €), que corresponde a menos 8%. A redução da receita foi fortemente influenciada pela significativa redução de financiamento da União Europeia, onde se registou uma redução de 335.416 €.

O peso das transferências mantém-se com um peso considerável de 88,9% no total da receita mesmo tendo sido inferior comparativamente ao ano 2021.



Município de Santa Cruz das Flores

conta	descrição	Receita Pórprias	Receitas Gerais	EU	Emp	FA	Total 2022	N-1
R101	Operações Orçamentais [1]	3 092 375,01 €	- €	363,98 €	- €	- €	3 092 738,99 €	2 921 219,83 €
R102	Devolução do saldo oper. Orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R103	Operações de tesouraria [A]	- €	- €	- €	- €	13 632,53 €	13 632,53 €	9 268,67 €
R11	Impostos diretos	215 731,02 €	- €	- €	- €	- €	215 731,02 €	219 974,35 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	15 526,85 €	- €	- €	- €	- €	15 526,85 €	6 642,09 €
R4	Rendimentos de propriedade	103 510,83 €	- €	- €	- €	- €	103 510,83 €	95 783,56 €
R51	Transferências e subsídios correntes	2 505 821,52 €				- €	2 505 821,52 €	2 508 572,52 €
R6	Venda de bens e serviços	25 563,50 €	- €	- €	- €	- €	25 563,50 €	27 363,48 €
R7	Outras receitas correntes	365,54 €	- €	- €	- €	- €	365,54 €	550,00 €
R8	Venda de bens de investimento	781,65 €	- €	- €	- €	- €	781,65 €	- €
R9	Transferências e subsídios de capital	331 866,00 €		75 201,22 €		- €	407 067,22 €	952 139,27 €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	34,44 €	- €	- €	- €	- €	34,44 €	670,55 €
RA04	Receita efetiva [2]	3 199 201,35 €		75 201,22 €		- €	3 274 402,57 €	3 811 695,82 €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	6 291 576,36 €	- €	75 565,20 €	- €	- €	6 367 141,56 €	6 732 915,65 €
ROTI	Operações de tesouraria [B]	- €	- €	- €	- €	2 546,99 €	2 546,99 €	19 934,79 €
D1	Despesas com o pessoal	1 210 302,10 €				- €	1 210 302,10 €	1 159 564,54 €
D2	Aquisição de bens e serviços	789 315,98 €	- €	- €	- €	- €	789 315,98 €	629 339,69 €
D3	Juros e outros encargos	884,26 €	- €	- €	- €	- €	884,26 €	925,82 €
D4	Transferências e subsídios correntes	488 325,53 €				- €	488 325,53 €	294 527,71 €
D5	Outras despesas correntes	7 134,77 €	- €	- €	- €	- €	7 134,77 €	2 396,38 €
D6	Aquisição de bens de capital	903 655,94 €	- €	- €	- €	- €	903 655,94 €	1 413 810,82 €
D7	Transferência e subsídios de capital	28 500,00 €				- €	28 500,00 €	125 000,00 €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D10	Despesa com passivos financeiros	14 611,70 €	- €	- €	- €	- €	14 611,70 €	14 611,70 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	3 442 730,28 €				- €	3 442 730,28 €	3 640 176,66 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]	- €	- €	- €	- €	2 730,68 €	2 730,68 €	15 570,93 €
DA07	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	2 848 846,08 €	- €	75 565,20 €	- €	- €	2 924 411,28 €	3 092 738,99 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-	- €	- €	- €	- €	13 448,84 €	13 448,84 €	13 632,53 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	- 228 917,23 €	- €	75 201,22 €	- €	- €	- 153 716,01 €	186 130,86 €
DA10	Despesa primária	3 427 234,32 €				- €	3 427 234,32 €	3 624 639,14 €
DA11	Saldo corrente	370 556,62 €	- €	- €	- €	- €	370 556,62 €	772 131,86 €
DA12	Saldo de capital	- 599 508,29 €	- €	75 201,22 €	- €	- €	- 524 307,07 €	586 671,55 €
DA13	Saldo primário	- 228 032,97 €	- €	75 201,22 €	- €	- €	- 152 831,75 €	187 056,68 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	6 291 576,36 €	- €	75 565,20 €	- €	- €	6 367 141,56 €	6 732 915,65 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	3 442 730,28 €				- €	3 442 730,28 €	3 640 176,66 €

À receita arrecadada foi ainda adicionado o saldo de gerência transitado do exercício anterior, refletindo-se numa dotação autorizada de 6.294.190 €.

2.1.4 - Despesa Orçamental

O total da despesa paga corresponde a 92,4% dos compromissos assumidos em 2022, sendo que a despesa corrente corresponde a 72,5% da despesa total, a despesas de capital os restantes 27,5% e a despesa não efetiva apenas 0,42%. Relativamente a 2021 regista-se um aumento no peso das despesas correntes (de 57,3% para 75,5%) por contrapartida da descida das despesas de capital (42,3% para 27,08%).



Município de Santa Cruz das Flores

O saldo de compromissos por transitados (276.615 €) está muito equilibrado entre despesas correntes (47%) e despesas de capital (53%). De referir que as obrigações por pagar se situam apenas em 2.536 €, sendo de referir que os encargos dos trabalhadores, assim como os da entidade relativos a gastos com pessoal do mês de dezembro foram liquidados e pagos no próprio exercício.

A despesa com pessoal com um peso de 35,20% do total em 2022, contra 31,9% em 2021, passou a representar a rubrica com maior percentagem na estrutura da despesa, já que a aquisição de bens de capital decresceu de 38,8%. Para 26,2%.

A aquisição de bens e serviços representa, em 2022, cerca de 22,9% do total da despesa.

Estrutura da despesa	A 2022	A 2021
Despesas com o pessoal	35,2%	31,9%
Aquisição de bens e serviços	22,9%	17,3%
Juros e outros encargos	0,0%	0,0%
Transferências e subsídios correntes	14,2%	8,1%
Outras despesas correntes	0,2%	0,1%
Aquisição de bens de capital	26,2%	38,8%
Transferência e subsídios de capital	0,8%	3,4%
Outras despesas de capital	0,0%	0,0%
Despesa com ativos financeiros	0,0%	0,0%
Despesa com passivos financeiros	0,4%	0,4%
	100,0%	100,0%

2.1.5 - Execução plano Plurianual de Investimento

No exercício de 2022 o DPPI teve uma execução de 1 460.617 euros, com a conservação da rede viária a representar 14% do executado, seguido da conservação de recintos desportivos com 11% e da Aquisição e reparação de equipamento básico com 10% do total da despesa



Município de Santa Cruz das Flores

Projeto	Ano 2022	Períodos Futuros					Total	Anos	Ano Ant	Ano 2022	Total
		Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Seg.					
Aquisição de software	6 500 €	1 500 €	1 500 €	1 500 €	1 500 €	- €	12 500 €	- €	- €	2 029 €	2 029 €
Aquisição de hardware	13 500 €	1 500 €	1 500 €	1 500 €	1 500 €	- €	19 500 €	- €	- €	10 705 €	10 705 €
Aquisição de equipamento social e mobiliário diverso	14 500 €	1 500 €	1 500 €	1 500 €	1 500 €	- €	20 500 €	- €	- €	721 €	721 €
Aquisição e reparação de viaturas	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	- €	25 000 €	- €	- €	- €	- €
Aquisição de equipamentos administrativos	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	- €	5 000 €	- €	- €	899 €	899 €
Aquisição de ferramentas e utensílios	52 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	- €	72 000 €	- €	- €	48 031 €	48 031 €
Aquisição e reparação de equipamento básico	183 738 €	1 €	1 €	1 €	1 €	- €	183 742 €	- €	- €	145 629 €	145 629 €
Conservação de edifícios do Património Municipal	30 000 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €	- €	70 000 €	- €	- €	16 192 €	16 192 €
Centro Intergeneracional	52 600 €	1 €	1 €	1 €	1 €	- €	52 604 €	- €	- €	313 €	313 €
Aquisição de prédio urbano	128 000 €	- €	- €	- €	- €	- €	128 000 €	- €	- €	128 000 €	128 000 €
Aquisição de prédio rural	122 000 €	- €	- €	- €	- €	- €	122 000 €	- €	- €	122 000 €	122 000 €
Aquisição de imóvel	60 000 €	- €	- €	- €	- €	- €	60 000 €	- €	- €	- €	- €
Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores	3 500 €	3 500 €	3 500 €	3 500 €	3 500 €	- €	17 500 €	27 000 €	3 500 €	30 500 €	
Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia para funcionamento dos ATL's	11 500 €	11 500 €	11 500 €	11 500 €	11 500 €	- €	57 500 €	97 000 €	11 500 €	108 500 €	
Apoio à Habitação Degradada	60 000 €	60 000 €	60 000 €	60 000 €	60 000 €	- €	300 000 €	202 336 €	15 919 €	218 235 €	
Apoio à natalidade	60 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	- €	260 000 €	163 144 €	39 457 €	202 601 €	
Apoio à compra de medicamentos	7 500 €	4 500 €	4 500 €	4 500 €	4 500 €	- €	25 500 €	7 299 €	3 610 €	10 909 €	
Pagamento de seguro de acidentes pessoais	10 000 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €	- €	50 000 €	45 086 €	4 080 €	49 165 €	
Pagamento de abonos	56 911 €	40 800 €	40 800 €	40 800 €	40 800 €	- €	220 111 €	204 323 €	56 911 €	261 233 €	
Pagamento da segurança social	58 589 €	62 000 €	62 000 €	62 000 €	62 000 €	- €	306 589 €	342 506 €	29 025 €	371 531 €	
Apoio no âmbito do Regulamento "Santa Cruz Ajuda"	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	- €	5 000 €	- €	- €	- €	- €
Concessão de bolsas de estudo	40 000 €	40 000 €	40 000 €	40 000 €	40 000 €	- €	200 000 €	96 690 €	33 920 €	130 610 €	
Programa de apoio ao sector agrícola	42 000 €	42 000 €	42 000 €	42 000 €	42 000 €	- €	210 000 €	- €	- €	- €	- €
Apoio na aquisição de manuais escolares	50 000 €	- €	- €	- €	- €	- €	50 000 €	- €	- €	6 125 €	6 125 €



Município de Santa Cruz das Flores

Reabilitação do edifício do antigo Tribunal a instalações de empresas	8 001 €	- €	- €	- €	- €	- €	8 001 €	51 627 €	2 637 €	549 46
Aquisição de Imóveis	1 €	- €	- €	- €	- €	- €	1 €	- €	- €	-
Aquisição de habitação	1 €	1 €	1 €	1 €	1 €	1 €	5 €	- €	- €	-
Aquisição de terrenos	1 €	1 €	1 €	1 €	1 €	1 €	5 €	- €	- €	-
Reabilitação de habitação	3 €	1 €	1 €	1 €	1 €	1 €	3 €	- €	- €	-
Aquisição de Terrenos	150 000 €	1 €	1 €	1 €	- €	- €	150 000 €	64 764 €	- €	64 76
Requalificação urbanística da Praça Roberto Mesquita e área envolvente à Igreja Matriz da N.Sa	364 626 €	363 788 €	- €	- €	- €	- €	718 414 €	16 390 €	- €	16 39
Resumo do Plano Director Municipal	200 000 €	1 €	1 €	1 €	- €	- €	200 000 €	19 525 €	42 899 €	62 42
Finalização da empreitada de requalificação urbanística da Praça Roberto Mesquita e área envol.	16 000 €	16 000 €	- €	- €	- €	- €	12 000 €	- €	- €	-
Instalação de contadores de água no Concelho	50 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	- €	- €	65 000 €	62 533 €	- €	67 53
Reabilitação de fontanários - Santa Cruz	3 000 €	3 000 €	3 000 €	3 000 €	- €	- €	12 000 €	- €	3 000 €	3 00
Recolha de resíduos e monos na freg. e entrepa no CPR - Ponta Delgada	2 500 €	- €	- €	- €	- €	- €	2 500 €	- €	2 500 €	2 50
Aquisição de diverso equipamento de recolha de resíduos	42 352 €	- €	- €	- €	- €	- €	42 352 €	- €	- €	-
Aquisição de equipamento de monda terceira	28 652 €	- €	- €	- €	- €	- €	28 652 €	- €	- €	-
Impressão de manuais do produtor de resíduos	882 €	- €	- €	- €	- €	- €	882 €	- €	- €	-
Construção de centro de recolha de animais abandonados	50 000 €	1 €	1 €	1 €	- €	- €	50 000 €	8 542 €	- €	8 54
Reabilitação de caminho pedestre entre o Porto Velho e pombas do Alto	1 €	1 €	1 €	1 €	- €	- €	5 €	26 692 €	- €	26 69
Limpeza das ruheiras na Freguesia - Ponta Delgada	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	- €	- €	4 000 €	- €	1 000 €	1 00
Limpeza de ribeiras - Cedros	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	- €	- €	1 000 €	- €	1 000 €	1 00
Reabilitação, conservação e manutenção de trilhos turísticos - Cova da Beira	2 000 €	2 000 €	2 000 €	2 000 €	- €	- €	8 000 €	- €	1 000 €	2 00
Reabilitação, conservação e manutenção de trilhos turísticos-Ponta Delgada	10 000 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €	- €	- €	40 000 €	- €	10 000 €	10 00
Melhoramento de acessos a pesqueiros - Santa Cruz das Flores	4 000 €	+ 000 €	+ 000 €	+ 000 €	- €	- €	16 000 €	- €	4 000 €	4 00
Limpeza e sanitização de trilhos turísticos - Santa Cruz das Flores	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	- €	- €	20 000 €	- €	5 000 €	5 00
Campanha de desratização e desinsetização - Santa Cruz das Flores	3 000 €	3 000 €	3 000 €	3 000 €	- €	- €	12 000 €	- €	3 000 €	3 00
Limpeza de ribeiras - Santa Cruz	2 500 €	2 500 €	2 500 €	2 500 €	- €	- €	10 000 €	- €	2 500 €	2 50
Campanha de vacinação gratuita a animais domésticos - Santa Cruz das Flores	2 500 €	2 500 €	2 500 €	2 500 €	- €	- €	10 000 €	- €	2 500 €	2 50
Aquisição de equipamento	16 759 €	- €	- €	- €	- €	- €	16 759 €	- €	- €	-
Plataforma gestão das bicicletas	26 881 €	- €	- €	- €	- €	- €	26 881 €	- €	- €	-
Assessoria à submissão e ao acompanhamento da candidatura	9 380 €	- €	- €	- €	- €	- €	9 280 €	- €	- €	-
Aquisição de equipamento de proteção	931 €	- €	- €	- €	- €	- €	931 €	- €	- €	-
Conversão do mapa das rotas em suporte digital	464 €	- €	- €	- €	- €	- €	464 €	- €	- €	-
Outros eventos culturais	15 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	- €	- €	35 000 €	74 217 €	4 640 €	78 85
Adaptação do edifício a Museu	10 000 €	- €	- €	- €	- €	- €	10 000 €	1 480 €	2 169 €	3 65
Festas Municipais - "Cais das Peças"	100 000 €	100 000 €	100 000 €	100 000 €	- €	- €	400 000 €	- €	100 000 €	100 00
Conservação de recursos desportivos	100 000 €	- €	- €	- €	- €	- €	200 000 €	69 096 €	167 173 €	256 26
Apoio a entidades sem fins lucrativos	99 895 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	- €	- €	299 895 €	415 173 €	86 298 €	501 95
Protocolo com a Casa do Povo de Pta. Delgada para funcionamento do Clube Informático	6 000 €	6 000 €	6 000 €	6 000 €	- €	- €	30 000 €	42 000 €	6 000 €	48 00
Construção de Zona Balnear no Porto Velho	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	- €	- €	20 000 €	- €	- €	-
Construção de zona balnear na Freguesia de Ponta Delgada	400 609 €	571 805 €	- €	- €	- €	- €	974 414 €	36 225 €	- €	36 22
Aquisição de equipamentos para parques infantis	10 000 €	1 €	1 €	1 €	- €	- €	10 000 €	36 306 €	- €	26 20
Limpeza e manutenção do pavilhão polidesportivo e parque de lazer- Ponta Delgada	10 000 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €	- €	- €	40 000 €	- €	10 000 €	10 00
Limpeza, conservação e manutenção do Parque das Alagoas - Cedros	8 000 €	8 000 €	8 000 €	8 000 €	- €	- €	32 000 €	- €	8 000 €	8 00
Conservação, manutenção e limpeza do polidesportivo - Cova da Beira	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	- €	- €	20 000 €	- €	5 000 €	5 00
Finalização da empreitada de construção de zona balnear na freguesia de Ponta Delgada	12 400 €	26 100 €	- €	- €	- €	- €	43 500 €	- €	- €	-
Reabilitação e construção de rede de abastecimento de água a Lajeiras - Santa Cruz	10 000 €	- €	- €	- €	- €	- €	10 000 €	- €	10 000 €	10 00
Conservação rede sana do Município	285 948 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	- €	- €	485 948 €	1 952 090 €	208 946 €	2 101 03
Aquisição de pavimentação	1 €	1 €	- €	- €	- €	- €	1 €	- €	- €	-
Reabilitação, conservação e manutenção de caminhos taludes e valadas-Ponta Delgada	10 000 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €	- €	- €	40 000 €	- €	10 000 €	10 00
Construção da construção do armazém - Ponta Delgada	3 500 €	- €	- €	- €	- €	- €	3 500 €	- €	3 500 €	3 50
Reabilitação e reparação de 1000mts de muros na estrada do farol - Ponta Delgada	10 000 €	- €	- €	- €	- €	- €	10 000 €	- €	10 000 €	10 00
Reabilitação, conserv. e manutenção de caminhos, valadas e taludes - Cedros	12 000 €	12 000 €	12 000 €	12 000 €	- €	- €	48 000 €	- €	12 000 €	12 00
Reabilitação de caminho nos Cedros - Cedros	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	- €	- €	20 000 €	- €	5 000 €	5 00
Limpeza, mobilização de caminhos, bermadas, valadas e taludes - Cova da Beira	8 000 €	8 000 €	8 000 €	8 000 €	- €	- €	32 000 €	- €	8 000 €	8 00
Reabilitação e pintura de muros - Cova da Beira	1 000 €	2 000 €	2 000 €	2 000 €	- €	- €	8 000 €	- €	2 000 €	2 00
Limpeza, manutenção de escadarias, canaços e stalhos - Santa Cruz	15 000 €	15 000 €	15 000 €	15 000 €	- €	- €	60 000 €	- €	15 000 €	15 00
Pintura de muros - Santa Cruz	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	- €	- €	20 000 €	- €	5 000 €	5 00
Aquisição unas de ferramenta	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	- €	- €	1 000 €	- €	1 000 €	1 00
Construção de Muro do Municipal	47 400 €	1 €	1 €	1 €	- €	- €	47 404 €	- €	1 000 €	31
Emprestimo contraído à Banca - Amortização	14 612 €	14 612 €	14 612 €	14 612 €	- €	- €	73 000 €	1 488 232 €	14 612 €	1 502 84
Empréstimos contraídos a Banco - Juros	887 €	636 €	489 €	340 €	- €	- €	2 542 €	- €	384 €	88



2.1.6 - Indicadores orçamentais

Estrutura da despesa	A 2022	A 2021
Receita total + saldo gerência	6 367 141,56 €	6 732 915,65 €
Despesa total paga	3 442 730,28 €	3 640 176,66 €
	1,85	1,85
Receita corrente cobrada	2 834 581,26 €	2 858 886,00 €
Despesa corrente paga	2 495 962,64 €	2 086 754,14 €
	1,14	1,37
Receita capital cobrada	407 067,22 €	952 139,27 €
Despesa capital paga	932 155,94 €	1 538 810,82 €
	0,44	0,62
Passivos financeiros cobrados	- €	- €
Despesa total paga	3 442 730,28 €	3 640 176,66 €
	0,00	0,00
Receita corrente cobrada localmente	360 697,74 €	350 313,48 €
Despesa total paga	3 442 730,28 €	3 640 176,66 €
	0,10	0,10
Impostos diretos	215 731,02 €	219 974,35 €
Receita total	3 242 464,57 €	3 811 695,82 €
	0,07	0,06
Venda de bens e serviços	25 563,50 €	27 363,48 €
Receita total	3 242 464,57 €	3 811 695,82 €
	0,01	0,01
Pessoal	1 210 302,10 €	1 159 564,54 €
Fundos municipais	2 459 293,30 €	2 810 744,00 €
	0,49	0,41

III-ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura conceitual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados.

3.1-Análise ao Balanço

Em 2022 o ativo do Município de Santa Cruz das Flores atingiu os 20.857.764 euros o que significa um decréscimo de (664.559,36) euros face ao ano anterior (3 %). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.



Município de Santa Cruz das Flores

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	17 275 412,74 €	17 797 178,75 €
Propriedades de investimento	8	69 566,88 €	69 566,88 €
Ativos intangíveis	3	75 951,65 €	129 007,97 €
Participações financeiras	18	113 589,00 €	113 589,00 €
		17 534 520,27 €	18 109 342,60 €
Ativo corrente			
Inventários	10	167 435,88 €	88 993,47 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	1 514,37 €	3 273,10 €
Estado e outros entes públicos	18/19	57 747,81 €	57 250,82 €
Outras contas a receber	18	144 918,98 €	142 985,80 €
Diferimentos	29	13 766,62 €	14 146,10 €
Caixa e depósitos	11	2 937 860,12 €	3 106 371,52 €
		3 323 243,78	3 413 020,81
Total do ativo		20 857 764,05	21 522 363,41
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	30	13 127 036,46 €	13 127 036,46 €
Reservas	30	616 413,79 €	616 413,79 €
Resultados transitados	30	953 915,19 €	1 594 692,15 €
Outras variações no Património Líquido	30	6 798 731,55 €	6 536 251,81 €
Resultado líquido do período	30	- 905 714,48 €	- 640 776,96 €
Total do Património Líquido		20 590 382,51 €	21 233 617,25 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		- €	- €
Financiamentos obtidos	6/7	51 140,94 €	65 752,64 €
		51 140,94 €	65 752,64 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	- €	2 500,00 €
Estado e outros entes públicos	18/19	229,46 €	229,46 €
Financiamentos obtidos	6/7	14 611,70 €	14 611,70 €
Outras contas a pagar	18	198 868,94 €	193 802,84 €
Diferimentos	29	- €	11 849,52 €
		216 240,60	222 993,52
Total do Passivo		267 381,54	288 746,16
Total do Património Líquido e Passivo		20 857 764,05	21 522 363,41



Município de Santa Cruz das Flores

Os ativos fixos tangíveis representam 82,78% do total do ativo, contra 82,7% em 2021 e registaram uma diminuição de - 521 766 € euros, devida a uma variação das depreciações ser superior às adições, cujo montante se cifrou em 1 278 128 euros.

No exercício de 2022 não se registaram novos ajustamentos decorrentes da transição para o atual normativo contabilístico.

Manteve-se inalterável, no montante de 69.567 euros, a quantia escriturada relativa a propriedades de investimento e que se referem a terrenos “tapadas” cedidos a terceiros em regime de arrendamento.

A quantia escriturada em ativos intangíveis diminuiu cerca de 41% em relação ao ano 2021 o que se justifica com a execução do programa de modernização administrativa no ano anterior.

As participações financeiras cingem-se ao FAM e o seu montante manteve-se inalterável.

O ativo corrente reflete uma diminuição de 2,6% relativamente a 2021.

O saldo de disponibilidades, com um peso de 88% no ativo corrente reflete o seu peso determinante na componente corrente do ativo.

Em relação ao passivo, o Município de Santa Cruz das Flores fechou o ano com um valor de 267.381 euros, sendo constituído em 19,1% por passivo não corrente e em 80,9% por passivo corrente. De seguida, pode verificar-se a evolução das suas rubricas:

PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões		6/7	- €	- €
Financiamentos obtidos			51 140,94 €	65 752,64 €
			51 140,94 €	65 752,64 €
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18		- €	2 500,00 €
Estado e outros entes públicos	18/19		229,46 €	229,46 €
Financiamentos obtidos	6/7		14 611,70 €	14 611,70 €
Outras contas a pagar	18		198 868,94 €	193 802,84 €
Diferimentos	29		- €	11 849,52 €
			216 240,60	222 993,52
Total do Passivo			267 381,54	288 746,16

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de (-7,4).

Relativamente ao valor de outras contas a pagar dizem respeito a acréscimos de gastos, com peso preponderante da rubrica de gastos com pessoal relativa a férias e subsídio de férias.



Município de Santa Cruz das Flores

Não conhecemos processos judiciais em curso, sendo as provisões de zero.

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 20.590.382 euros, o que traduz um decréscimo de (-3%) relativamente ao ano anterior. A sua evolução em 2022, foi a seguinte:

PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	30	13 127 036,46 €	13 127 036,46 €
Reservas	30	616 413,79 €	616 413,79 €
Resultados transitados	30	953 915,19 €	1 594 692,15 €
Outras variações no Património Líquido	30	6 798 731,55 €	6 536 251,81 €
Resultado líquido do período	30	- 905 714,48 € -	640 776,96 €
Total do Património Líquido		20 590 382,51 €	21 233 617,25 €

3.2-Análise à Demonstração de Resultados

A Demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.



Município de Santa Cruz das Flores

Rubrica	NOTAS	PERÍODO	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	14/25	+ 239 505,36 €	229 922,20 €
Vendas	13/25	+ 17 660,02 €	17 459,28 €
Prestações de serviços e concessões	13/25	+ 72 024,04 €	96 386,80 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13	+ 2 535 475,24 €	2 496 723,00 €
Rendimentos/ Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		+/- 781,65 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	- -235 798,75 €	-390 567,28 €
Fornecimentos e serviços externos	28	- -644 605,61 €	-502 102,77 €
Gastos com pessoal	27	- -1 207 225,75 €	-1 140 905,26 €
Transferências e subsídios concedidos	27	- -434 198,65 €	-394 998,66 €
Prestações sociais	27	- -82 005,36 €	-31 037,09 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		+/- 0,00 €	4 974,54 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		+/- 0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos	25	+ 571 612,26 €	297 507,10 €
Outros gastos	26	- -409 169,60 €	-28 345,46 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		423 570,16 €	655 016,40 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	32	+/- -1 331 184,90 €	-1 294 089,73 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		+/- 0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-907 614,74 €	-639 073,33 €
Juros e rendimentos similares obtidos	25	+ 2 819,55 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	7	- -919,29 €	-1 703,63 €
Resultado antes de impostos		-905 714,48 €	-640 776,96 €
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-905 714,48 €	-640 776,96 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade mãe			
Interesses que não controlam			

O resultado líquido de 2022 é negativo em cerca de 905.714 euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza e que se encontram fortemente influenciados pelos fatos com depreciações no montante de 1.331.184 €, verificando-se um ligeiro acréscimo face ao ano anterior da ordem dos 37.000,00 euros. Os rendimentos em 2022 foram de 3 436 276 € euros para um nível de gastos de 4 345.107 € euros.

Efetuando uma análise aos gastos de 2022, podemos concluir que houve um aumento de 561 358 euros de euros face a 2021.

O exercício de 2022 registou uma forte variação relativamente ao exercício anterior nos outros gastos, influenciada principalmente pelas correções a períodos anteriores (145.958 euros) e outros não especificados (250.000,00 euros) na rubrica de outros gastos .

Apresenta-se, de seguida, a análise aos rendimentos de 2022:

Os impostos, contribuições e taxas compreendem os impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades. A rubrica de impostos, contribuições e taxas teve um aumento de 4,2% face ao ano de 2021



Município de Santa Cruz das Flores

As transferências e subsídios correntes obtidos apresenta um aumento de 38 752 euros relativamente ao ano de 2021, correspondendo a um incremento de 1,6%.

Na análise aos rendimentos, a maior variação verificou-se nos outros rendimentos, com um aumento de 274.105 euros, um incremento superior a 90% derivado principalmente de correções de períodos anteriores, mais concretamente da Imputação de subsídios e transferências para investimentos.

3.3-Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

Indicador	Rácio	anos 2022			anos 2021		
		20 590 383 €	20 857 764 €	98,7%	21 233 617 €	21 522 363 €	98,7%
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	20 590 383 €	20 857 764 €	98,7%	21 233 617 €	21 522 363 €	98,7%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	20 590 383 €	267 382 €	7700,7%	21 233 617 €	288 746 €	7353,7%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	3 323 243,78	216 241 €	1536,8%	3 413 021 €	222 994 €	1530,5%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	2 770 424 €	216 241 €	1281,2%	3 017 378 €	222 994 €	1353,1%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	2 937 860 €	216 241 €	1358,6%	3 106 372 €	222 994 €	1393,0%
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-	905 714 €	20 590 383 €	-4,4%/-640 776,9600 €	21 233 617 €	-3,0%

3.4-Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objetivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Caso o município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

A dívida total do município é obtida pela seguinte fórmula:



Município de Santa Cruz das Flores

Dívida total = dívida total de operações orçamentais + dívida total das entidades participadas pelo município

Sendo que:

Dívida total de operações orçamentais = total das dívidas de 3.ºs no balanço – dívidas resultantes de operações não orçamentais

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2022 do Município de Santa Cruz das Flores face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2022, não excede o limite de endividamento:



Capacidade de Endividamento		
Receita corrente	01/01/2022	31/12/2022
2022		2 866 789,12 €
2021	2 858 886,00 €	2 858 886,00 €
2020	2 643 547,26 €	2 643 547,26 €
2019	2 574 106,17 €	2 574 106,17 €
2018	2 607 511,40 €	
Média	2 692 179,81 €	2 789 740,79 €
Limite	4 038 269,72 €	4 184 611,19 €
Margem Disponível	807 653,94 €	836 922,24 €
Passivo		
202	2 500,00 €	- €
221	- €	2 530,50 €
242	229,26 €	229,26 €
245	0,20 €	0,20 €
25	80 364,34 €	65 752,64 €
2722	180 399,77 €	185 649,56 €
277	13 032,39 €	13 032,39 €
27892	370,68 €	186,99 €
282	11 849,52 €	- €
Endividamento	288 746,16 €	267 381,54 €
Exencionado	- €	- €
Oper Tesouraria	13 632,53 €	13 448,84 €
Diferimentos	11 849,52 €	- €
Credores por Acréscimos	180 399,77 €	185 649,56 €
Valor a Excluir	205 881,82 €	199 098,40 €
Endividamento	82 864,34 €	68 283,14 €
Margem disponível	724 789,60 €	
Margem disponível		739 370,80 €
Margem para 2023		4 116 328,05 €
		823 265,61 €
Peso da dívida	10,7%	9,6%
Peso no limite	7,2%	6,4%

O valor do endividamento pode ainda ser aferido no mapa do Tribunal de Contas



Município de Santa Cruz das Flores

MODELO 14 - Dívida total - Apuramento da dívida total

ENTIDADE

Período de referência: 01-01-2022 a 31-12-2022

DÍVIDA TOTAL

ENTIDADES	Passivo não corrente (total) (1)	Passivo não corrente - Provisões (2)	Passivo não corrente - (3)	Passivo corrente (total) (4)	Passivo corrente - Diferimentos (5)	Passivo relativo ao art.º 90º (6)	Saldo final de operações (7)	Fundo de Apoio Municipal (8)	Empréstimos bancários (9)	Dívida Total (10) = 1-2-3+4-
Município	51 140,94	0,00	0,00	216 240,60	185 649,56	0,00	13 448,84			68 283,14
Serviços Municipalizados ¹										
Serviços Intermunicipalizados ¹										
Entidades intermunicipais ¹ :										
Área Metropolitana										
Comunidade Intermunicipal										
Entidades associativas municipais ¹ :										
Associações de Freguesias										
Associações de Municípios										
Empresas locais										
Empresas participadas										
Cooperativas										
Fundações										
Entidades de outra natureza										
TOTAL	51 140,94	0,00	0,00	216 240,60	185 649,56	0,00	13 448,84	0,00	0,00	68 283,14

IV-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de -905 714,48 €uros, seja transferido para resultados transitados

Santa das Flores, ____ de abril de 2023



Município de Santa Cruz das Flores

V – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1-Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATA		
		31/12/2022	31/12/2021	
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	17 275 412,74 €	17 797 178,75 €	
Propriedades de investimento	8	69 566,88 €	69 566,88 €	
Ativos intangíveis	3	75 951,65 €	129 007,97 €	
Ativos biológicos		- €	- €	
Participações financeiras	18	113 589,00 €	113 589,00 €	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €	
Acionistas/sócios/associados		- €	- €	
Diferimentos		- €	- €	
Outros ativos financeiros		- €	- €	
Ativos por impostos diferidos		- €	- €	
Clientes, contribuintes e utentes		- €	- €	
Outras contas a receber		- €	- €	
		17 534 520,27 €	18 109 342,60 €	
Ativo corrente				
Inventários	10	167 435,88 €	88 993,47 €	
Ativos biológicos		- €	- €	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		- €	- €	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €	
Clientes, contribuintes e utentes	18	1 514,37 €	3 273,10 €	
Estado e outros entes públicos	18/19	57 747,81 €	57 250,82 €	
Acionistas/sócios/associados		- €	- €	
Outras contas a receber	18	144 918,98 €	142 985,80 €	
Diferimentos	29	13 766,62 €	14 146,10 €	
Caixa e depósitos	1	2 937 860,12 €	3 106 371,52 €	
		3 323 243,78	3 413 020,81	
	Total do ativo	20 857 764,05	21 522 363,41	
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	30	13 127 036,46 €	13 127 036,46 €	
Reservas	30	616 413,79 €	616 413,79 €	
Resultados transitados	30	953 915,19 €	1 594 692,15 €	
Outras variações no Património Líquido	30	6 798 731,55 €	6 536 251,81 €	
Resultado líquido do período	30	- 905 714,48 €	- 640 776,96 €	
	Total do Património Líquido	20 590 382,51 €	21 233 617,25 €	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	6/7	51 140,94 €	65 752,64 €	
		51 140,94 €	65 752,64 €	
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	- €	2 500,00 €	
Fornecedores	18	2 530,50 €	- €	
Estado e outros entes públicos	18/19	229,46 €	229,46 €	
Financiamentos obtidos	6/7	14 611,70 €	14 611,70 €	
Outras contas a pagar	18	198 868,94 €	193 802,84 €	
Diferimentos	29	- €	11 849,52 €	
		216 240,60	222 993,52	
	Total do Passivo	267 381,54	288 746,16	
	Total do Património Líquido e Passivo	20 857 764,05	21 522 363,41	



5.2 -Demonstração de Resultados por Natureza

Rubrica	NOTAS	PERÍODO	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	14/25	+ 239 505,36 €	229 922,20 €
Vendas	13/25	+ 17 660,02 €	17 459,28 €
Prestações de serviços e concessões	13/25	+ 72 024,04 €	96 386,80 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13	+ 2 535 475,24 €	2 496 723,00 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		+/- 781,65 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	- -235 798,75 €	-390 567,28 €
Fornecimentos e serviços externos	28	- -644 605,61 €	-502 102,77 €
Gastos com pessoal	27	- -1 207 225,75 €	-1 140 905,26 €
Transferências e subsídios concedidos	27	- -434 198,65 €	-394 998,66 €
Prestações sociais	27	- -82 005,36 €	-31 037,09 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		+/- 0,00 €	4 974,54 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		+/- -484,69 €	0,00 €
Outros rendimentos	25	+ 571 612,26 €	297 507,10 €
Outros gastos	26	- -409 169,60 €	-28 345,46 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		423 570,16 €	655 016,40 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	32	+/- -1 331 184,90 €	-1 294 089,73 €
Imparidade de investimentos deprecáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		+/- 0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-907 614,74 €	-639 073,33 €
Juros e rendimentos similares obtidos	25	+ 2 819,55 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	7	- -919,29 €	-1 703,63 €
Resultado antes de impostos		-905 714,48 €	-640 776,96 €
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-905 714,48 €	-640 776,96 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			



Município de Santa Cruz das Flores

5.3 Demonstração de Fluxos de Caixa



Município de Santa Cruz das Flores

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	+	25 563,50 €	115 666,76 €
Recebimento de contribuintes	+	215 731,02 €	219 974,35 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		2 505 821,52 €	2 508 572,52 €
Recebimento de utentes	+	15 526,85 €	0,00 €
Pagamentos a fornecedores	-	-1 235 310,80 €	-1 428 962,64 €
Pagamentos ao pessoal	-	-952 790,54 €	-1 054 937,26 €
Pagamentos a contribuintes / Utentes		0,00 €	0,00 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-	-516 825,53 €	-301 597,88 €
Pagamentos de prestações sociais		0,00 €	-52 447,90 €
Caixa gerada pelas operações	+/-		
Outros recebimentos	+	2 946,97 €	27 785,00 €
Outros pagamentos	-	-381 737,27 €	-324 689,72 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(a)	+/-	- 321 074,28 € - 290 636,77 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	- 334 263,43 €	- 317 198,31 €
Activos intangíveis	-	- 9 037,43 €	- 159 622,41 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Investimentos financeiros	-	- €	- €
Outros ativos	-	- €	- €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	781,65 €	- €
Activos intangíveis	+	- €	- €
Propriedades de investimento	+	10 212,08 €	7 492,71 €
Investimentos financeiros	+	- €	- €
Outros activos	+	90 479,20 €	- €
Subsídios ao investimento	+	75 201,22 €	420 617,27 €
Transferências de capital	+	331 866,00 €	531 522,00 €
Juros e rendimentos similares	+	- €	- €
Dividendos	+	2 819,55 €	- €
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(b)	+/-	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	- €	- €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	+	- €	- €
Cobertura de prejuízos	+	- €	- €
Doações	+	- €	- €
Outras operações de financiamento	+	- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	- 14 611,70 €	- 14 611,70 €
Juros e gastos similares	-	- 884,26 €	- 1 679,77 €
Dividendos	-	- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	-	- €	- €
Outras operações de financiamento	-	- €	- €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(c)	- 15 495,96 €	- 16 291,47 €
Variação de caixa e seus equivalentes)+(b)+(c)	- 168 511,40 €	175 883,02 €
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	- €	+ €
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	3 106 371,52 €	2 930 488,50 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	2 937 860,12 €	3 106 371,52 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 106 371,52 €	2 930 488,50 €
- Equivalentes a caixa no início do período		-13 632,53 €	-9 268,67 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		13 632,53 €	9 268,67 €
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		3 106 371,52 €	2 930 488,50 €
De execução orçamental		3 092 738,99 €	2 921 219,83 €
De operações de tesouraria		13 632,53 €	9 268,67 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 937 860,12 €	3 106 371,52 €
- Equivalentes a caixa no fim do período		-13 448,84 €	-13 632,53 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		13 448,84 €	13 632,53 €
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo da gerência seguinte		2 937 860,12 €	3 106 371,52 €
De execução orçamental		2 924 411,28 €	3 092 738,99
De operações de tesouraria		13 448,84 €	13 632,53



5.4 Demonstração de Alterações ao Património Líquido

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outras reservas	Resultado transitado	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)			13 127 036,46	616 413,79	1 594 692,15	6 536 251,81	(672 668,23)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Transferências e subsídios de capital				- €	- €	262 479,74 €	- €	262 479,74 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				- €	- €	640 776,96 €	- €	640 776,96 €
		0,00	0,00	(640 776,96)		262 479,74	672 668,23	294 371,01
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)			0	0	0,00	0	(905 714,48)
RESULTADO INTEGRAL	(3) = (2) + (3)						(233 046,25)	(611 343,47)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)					0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	= (1) + (2) + (3) + (5)			13 127 036,46	616 413,79	953 915,19	6 798 731,55	-905 714,48
							20 590 382,51	20 590 382,51

Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários
Município de Santa Cruz das Flores
(designação da autarquia local)

Entidade	Data do Contrato	Data de vencimento do TC	Prazo do Contrato	Capital	Taxa de juro	Pagamentos de anos anteriores	Periodo:			Prestação de Contas	Ano: 2022		
							Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização		
"Reforço Abastecimento águas Ponte Ruiiva"	H/03/2017	26/04/2017	120	131 505,29 €	131 505,29 €	1	1,31	51 140,95 €	925,82 €	51 135,95 €	14 611,70 €	884,26 €	15 495,96 €
Totais				131 505,29 €	131 505,29 €			51 135,95 €	925,82 €	51 135,95 €	14 611,70 €	884,26 €	15 495,96 €
										0	0	80 364,94 €	65 753,24 €
										0	0	80 364,94 €	65 753,24 €



VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1- Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação: Município de Stª Cruz das Flores

Endereço: Rua Senador de André de Freitas, 9970-320 Santa Cruz das Flores

NIF: 512079110

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no:

ANEXO I -caracterização da entidade do Tribunal de Contas

ANEXO II- organograma

1.2 - Recursos Humanos

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Santa Cruz das Flores a 31 de dezembro de 2022 totaliza 57

1.3-REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a Entidade.

As demonstrações financeiras da entidade incluem a comparabilidade entre exercícios.

1.4-RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A desagregação dos valores inscritos na Rubrica o Balanço de Caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2022, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:



DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

Conta	Designação	31/12/2022	31/12/2021
11	Caixa	0,00 €	0,00 €
	Depósitos à ordem		
122	Depósitos bancários à ordem	2 924 411,28 €	3 092 738,99 €
	Outros depósitos		
131	Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
132	Depósitos consignados	4 387,47 €	4 571,16 €
133	Depósitos de garantias e cauções	9 061,37 €	9 061,37 €
TOTAL		2 937 860,12 €	3 106 371,52 €

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

DFC		
Designação	31/12/2022	31/12/2021
- Execução orçamental	2 924 411,28	3 092 738,99
- Operações de tesouraria	13 448,84	13 632,53
Saldo da gerência	2 937 860,12 €	3 106 371,52 €

Nota 2 -Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 -BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do município de Santa Cruz das Flores, apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceitual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as demonstrações financeiras garantem consistência na apresentação de um período para o outro. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, não se encontra sujeita a compensações entre gastos e rendimentos, ou entre ativos e passivos, exceto os que forem exigidos por uma NCP.



2.1.1 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

2.1.1.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. No caso dos prédios rústicos e urbanos, para os quais, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- (a) For provável que fluirão para o Município de Santa Cruz das Flores benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em



Município de Santa Cruz das Flores

que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

2.1.1.2 -Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

2.1.1.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável



Município de Santa Cruz das Flores

que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

2.1.1.4 Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município de Stª Cruz das Flores controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NP 4 – Acordos de concessão e NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Na situação do município de Stª Cruz encontram-se sujeito a esta contabilização o acordo de concessão da energia elétrica em baixa e iluminação pública, cuja concessão se encontra cedida à EDA. Porém, não existe informação disponível por parte do concessionário quer permita o devido reconhecimento da concessão.

O respetivo ativo não se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras por não serem conhecidos os respetivos valores.

A situação resulta dos seguintes fatores:

1. O município é proprietário das infraestruturas elétricas em baixa, bem como da rede de iluminação pública existente.



Município de Santa Cruz das Flores

2. A prestação de serviço público com estes ativos é realizada pela EDA (concessionário) por força do contrato de concessão.

3. Por força do estabelecido no parágrafo 6 (a) da NCP 4 do SNC-AP os ativos cedidos na concessão devem ser objeto de reconhecimento contabilístico nas demonstrações financeiras do município (concedente), se este exercer o controlo ou regular os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo.

4. Dada a natureza da concessão são suscitadas dúvidas sobre se a existência de controlo por parte do concedente

5. Ainda de acordo com a norma importa analisar se no final de cada ano existe valor suportar pelo concedente no caso de resgate ou indemnização. E, nessas circunstâncias se deve, ou não, ser classificado como passivo financeiro. Contudo, também aqui o município não detém qualquer informação.

6. valor que, em princípio, deve corresponder ao valor escriturado em cada exercício relativo ao conjunto de ativos adquiridos e fornecidos pelo concessionário. Todavia o valor que tem vindo a ser indicado pelo concessionário não corresponde a esse valor.

Face a esta situação existem pareceres da CNC e da OROC cujo conteúdo, se nos afigura contraditório.

CNC “Tratando-se de uma concessão, é necessário que o município detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquela e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento de tais ativos e a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis. A informação enviada não parece cumprir este desiderato.”

2.1.1.5 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano



Município de Santa Cruz das Flores

financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

Na situação do município de Santa Cruz das Flores não existem ativos em locação.

2.1.1.6 -Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

O método de equivalência patrimonial é aplicado na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No município de St^a Cruz das Flores não existem participações financeiras sujeitas ao método de equivalência patrimonial.



Município de Santa Cruz das Flores

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

O Município de St^a Cruz das Flores seguirá o método do custo para valorização dos seus investimentos financeiros, já que no presente essa participação se cinge à participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM)

2.1.1.7 Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos “Ativos não geradores de Caixa”, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos “Ativos geradores de Caixa”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

2.1.1.8 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.



Município de Santa Cruz das Flores

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

2.1.1.9 Instrumentos financeiros

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Contas a receber;
- Fornecedores;
- Contas a pagar;
- Financiamentos obtidos;

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:



Município de Santa Cruz das Flores

- **Cientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "cientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal. Pela sua insignificância ou inexistências não se procedeu à sua atualização pelo justo valor,

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que durante o período de relato não existiram investimentos em curso alavancados pelos empréstimos

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**



Município de Santa Cruz das Flores

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

2.1.1.10 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

2.1.1.11 - Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação nos rendimentos de transações com contraprestação. O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da